



40

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva  
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 350485-4 (0009828-84.2014.8.17.0000)**

Impetrante(s): VANDERSON LUCAS LIMA DO NASCIMENTO

Paciente: VANDERSON LUCAS LIMA DO NASCIMENTO

Juízo: 2ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes-PE

Processo original nº 11506-66.2013.8.17.0810

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

**2ª Câmara Criminal**

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO NÃO RECONHECIDO NO CASO CONCRETO. NÃO SE CONSTATA DEMORA QUE CONFIGURE CONSTRANGIMENTO ILEGAL, POIS O FEITO PARECE TRAMITAR DE FORMA NORMAL. O PRAZO. PARA A CONCLUSÃO DO FEITO DEVE SER INTERPRETADO NORTEANDO-SE PELO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, POIS NÃO EXISTE UM PRAZO ABSOLUTO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, DEVEMOS SEMPRE CONSIDERAR AS PECULIARIDADES DE CADA PROCESSO. APLICÁVEL À ESPÉCIE A SÚMULA Nº 84 DO TJPE. DENEGACÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos *habeas corpus* de n.º 350485-4 (0009828-84.2014.8.17.0000) em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 24 / 09 / 2014, por unanimidade, **EM DENEGAR A ORDEM**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 24 de de 2014.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva  
Relator



41

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva  
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 350485-4 (0009828-84.2014.8.17.0000)**  
Impetrante(s): VANDERSON LUCAS LIMA DO NASCIMENTO  
Paciente: VANDERSON LUCAS LIMA DO NASCIMENTO  
Juízo: 2ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes-PE  
Processo original nº 11506-66.2013.8.17.0810  
Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva  
2ª Câmara Criminal

### RELATÓRIO

Este *habeas corpus* liberatório foi impetrado em 29/08/2014 por **VANDERSON LUCAS LIMA DO NASCIMENTO (filho de Valdomiro Silva do Nascimento e de Jaqueline Kenia de Lima)** em seu próprio favor.

Alega o Paciente-Impetrante que fora preso desde o dia 12/04/2013, por força de prisão preventiva decretada nos autos do **processo nº 11506-66.2013.8.17.0810** pelo juízo da 2ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes-PE.

Argumenta que está ocorrendo excesso de prazo, tornando sua prisão ilegal, pois até o presente momento não há sentença de mérito.

Em resumo, sustenta que tal demora lhe causa constrangimento ilegal e pleiteou a concessão de liminar determinando a expedição de alvará de soltura, e no mérito seja definitivamente concedida a ordem.

Não foi anexado documento algum ao pedido.

A medida liminar foi indeferida no dia 8/9/2014, conforme decisão de fls. 10-11.

O juízo impetrado apresentou seus informes dando conta do andamento do processo, destacando que figuram além do Impetrante-Paciente os acusados - EDILSON FERREIRA LOURENÇO e KLEBSON MANOEL TELES DA SILVA. Disse, também, que se trata de processo com advogados diferentes e Defensor Público; arrematou a sua informação dizendo que o feito aguarda a realização de audiência designada para o dia 07/10/2014. Anexou cópias da Denúncia e de algumas decisões prolatadas (vide fls. 19-36).

Por fim, a Procuradoria Geral de Justiça apresentou seu parecer (fls. 34-36) opinando pela DÊNEGAÇÃO da ordem por não vislumbrar a ocorrência de excesso de prazo.



42

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Este feito retornou concluso e foi recebido no gabinete deste Relator em 17/09/2014.

Eis o relato dos pontos relevantes ao julgamento; passo agora a analisar para, em seguida, proferir o meu Voto.

VOTO

Como visto no Relatório o argumento do Paciente-Impetrante é que a sua prisão seria ilegal por conta da demora injustificada para o término da instrução criminal.

Bem, ao fazer o cotejo das razões apresentada na inicial com as informações da autoridade impetrada, no que se refere ao alegado excesso de prazo, entendo não ter razão porque o processo em questão parece tramitar de forma normal.

Sendo oportuno lembrar que os prazos processuais não devem ser considerados isoladamente, mas sim verificados de forma conjunta, de sorte que possam vir a ser compensados uns pelos outros, observado evidentemente o razoabilidade.

Ademais, constato que a audiência concentrada de instrução e julgamento está prestes a ocorrer no dia **07/10/2014** não vislumbro ilegalidade na prisão por conta da suposta demora.

Nesse sentido, é bastante pertinente lembrar que a duração da conclusão do feito deve ser interpretado norteando-se pelo Princípio da Razoabilidade, pois não existe um prazo absoluto para o término da instrução criminal, devemos sempre considerar as peculiaridades de cada processo sendo aplicável à espécie a **SÚMULA nº 84 do TJPE: Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto.**

Não vejo, pois, atraso injustificado na conclusão da instrução criminal do processo nº 0014078-92.2013.8.17.0810 (NPU).

Diante de todo exposto e, em consonância com o parecer ministerial, **VOTO PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM.**

Recife, 24 de 09 de 2014.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva  
Relator